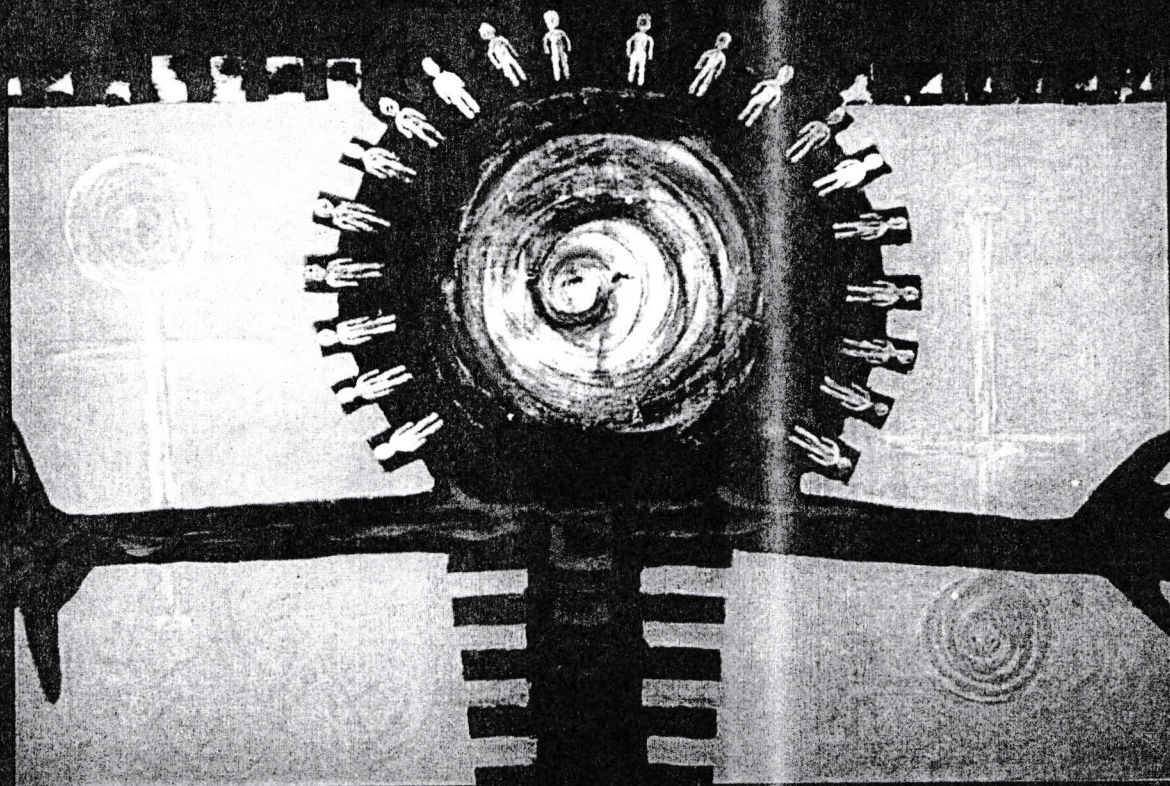


BRASIL

AFRO-BRASILEIRO



MARIA NAZARETH SOARES FONSECA
Organizadora

a.
Autêntica

* importante

Lições que não podemos esquecer

* Carmen Lúcia Santos Castro

Os trabalhos historiográficos que privilegiam a história social da escravidão no Brasil não podem, sob pena de deixarem escapar ricas informações, prescindir das figuras que compõem o universo feminino. As mulheres pobres livres ou não, lado a lado, com as senhoras representaram, com seus descendentes, as matrizes históricas da formação étnica cultural das terras brasis.

Ao se delinear a presença das africanas cativas em terras gaúchas vê-se fluir a complexidade das relações sociais que sustentavam a produção escravista no Rio Grande do Sul. Assim, nos deparamos com várias histórias de muitas *Marias* pertencentes a senhores e senhoras das mais ilustres famílias porto-alegrenses dos idos de 1865.

Os registros de batizados da Cúria Metropolitana, no período de 1850 a 1870, revelam passagens significativas da vida em sacramento das africanas escravizadas e de seus filhos.

Uma leitura atenta dos registros revela que as relações humanas não são estanques, permanentes e impermeáveis, ao contrário admitem adaptações. No escravismo não foi diferente, embora a crueldade se fizesse presente, as reações dos cativos às medidas coercitivas, ao mesmo tempo em que, impossibilitaram o consenso, a benignidade e a brandura, trouxeram modificações.

Os flagelos eram reais, sistemáticos, didáticos mas, o sistema não sobreviveria, por quase quatrocentos anos, baseado unicamente na força bruta e na violência. As festas, as irmandades, os folguedos em dias determinados e os batizados eram paliativos que auxiliavam a manutenção da servidão. Era o trabalho, os "Santos Óleos" e não o crime o que garantia a humanidade do ser coisificado.

Os 2842 batizados de escravos das Igrejas Nossa Senhora Madre de Deus e Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, dos anos de 1850 a 1870, revelam aspectos importantes das relações escravistas: Vale salientar que eram as mães escravizadas que levavam os filhos à pia batismal.

As crianças eram identificadas como filhos naturais da escrava de fulano de tal. A cor da pele registrada: parda, preta ou cabra fazia às vezes de sobrenome. O nome: cristão-hebraico-português; destituído do significado afro-histórico reforçava a condição social. Benedita Cabinda Parda; Benigna Mina Preta; Lealdade Angola Cabra; escrava de... Imagine! Felicidade Moçambique Preta que contradição...

Os destinos variavam, os batizados podiam ser: vendidos, doados, hipotecados, trocados como parte de meia-ação, muito raramente libertados ou legitimados. As origens africanas se perderam. Diluiu-se nas diversas misturas étnicas para quebra da identidade. Estamos a recuperá-la.

Os livros são, num tempo em que as leis laicas eram pouco respeitadas, fiéis registros de propriedade. Foi o caso das duas escravas de nome Maria. Insatisfeitos os senhores queriam tornar sem efeito a troca efetivada. Precisavam provar quem era o proprietário da Maria sem vícios. E a quem pertencia a Maria com cria. Os interessados compareceram ao Tabelião. Nada podendo provar, recorreram aos registros de batizados. Lá, sim, constava o nome do legítimo proprietário e as testemunhas da negociação. Assim, houve por bem, o Tabelião, na Pública Forma da Lei reconhecer o erro e desfazer a troca.

Era um tempo (1833) em que as posturas policiais puniam todo o negro ou a negra que, depois do toque do sino da Câmara, andeasse pela cidade sem consentimento escrito do amo. Os homens, as mulheres, os jovens e as crianças africanas que viveram sua saga nestas terras deixaram lições que não podemos esquecer. É preciso escrever, polemizar, refletir, enfim, sempre lembrar que a escravidão é aviltante ao ser humano.

Os castigos e a dor física espreitavam a todos que ousassem a transgressão, mas isto não impedia a resistência. E, assim, as raízes africanas não se perderam. As fugas, os sentenciamentos, o corpo mole eram maneiras de lutas legítimas naqueles tempos. Hoje a comunidade negra consciente, com outros recursos,

firma a sua identidade e luta pela sua cidadania.

Não houve repressão forte o suficiente, que conseguisse anular a consciência da negritude que atualmente se exterioriza. Na música, nas artes, na intelectualidade. São tempos de políticas de inclusão, de valorização da negra-identidade, de respeito às diferenças de busca da auto-estima.

A comunidade afro-descendente está à espera de uma retratação pública da Nação Brasileira. Comecem por entender que fomos diferentes e todos têm que se acostumar com isso. O crescimento urbano e cultural do Brasil, em especial de Porto Alegre, foi alcançado pelo somatório dos trabalhos das diversas etnias que o povoaram. Muitas mereceram monumentos. Os antepassados africanos desta *Leal e Valorosa Cidade* estão por merecê-lo. Espera-se a correção deste lapso que se pensa apenas um esquecimento.



Livros:

MAESTRI FILHO, Mário José. Breve história da escravidão. Porto Alegre: mercado Aberto, 1996. p.7.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990. pp12-13.

ASCÊNCIO, Michaelle. Del nombre de los esclavos: y otros ensayos afroamericanos. Caracas: Fondo editorial de humanidades y educación, 1984.

Manuscritos:

LIVRO B - Madre de Deus - escravos 1850-1864. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana, 1850.

LIVRO B - Rosário - escravos 1850-1870. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana, 1850.

* **CARMEN LÚCIA SANTOS CASTRO** - Especialista em História da Cultura Brasileira, especialista em Metodologia do Ensino Superior, Mestre em História do Brasil, Doutoranda em Educação - UFRGS. Atualmente professora: Estadual, do Colégio Israelita Brasileiro e da Feevale.